



Arquivo

Bornhausen: próxima renegociação será muito mais ampla

Para Febraban, País vai obter melhores condições

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen, disse ontem, em Porto Alegre, que a próxima renegociação da dívida externa brasileira, em setembro, deverá ser muito mais ampla do que as anteriores. Para ele, o Brasil está cumprindo dois requisitos básicos para granjear a boa vontade dos credores, que são o superávit na balança comercial (acredita que será superior a US\$ 9 bilhões este ano) e o equilíbrio no balanço de pagamentos.

Bornhausen entende que os banqueiros internacionais estão muito mais maduros para o diálogo, pois "já entendem que os países devedores são sócios de seu problema", e, desta forma, deverão aceitar algumas postulações fundamentais do Brasil. Entre elas, a renegociação plurianual, a fixação de prazos de carência, a dilatação do tempo para amortizações, a redução das taxas de **spreads**, e, no caso de países credores cujos governos permitam, talvez até a capitalização dos juros.

Em todo caso, o presidente da Febraban excluiu a possibilidade de uma renegociação, em bloco da dívida, com todos os países devedores, alegando que a questão tem, necessariamente, de ser analisada isoladamente.

"É preciso separar as coisas. Esta pressão política (dos sete maiores devedores da América Latina, consolidada na reunião de Cartagena) é muito importante e deve prosseguir, mas só a pressão política não resolve. Tecnicamente, as renegociações devem ser feitas de maneira individual, país a país", acrescentou.

"PRIME"

Bornhausen não acredita que a recém-anunciada elevação de cinco pontos percentuais na **prime rate** do mercado financeiro internacional tenha sido uma resposta à reunião de Cartagena. Ao contrário, justificou a alta dizendo que quem fixa os reajustes não são os banqueiros, mas os governos dos países credores, "através dos efeitos de suas políticas financeiras". Essa alta, segundo ele, estava até mesmo prevista desde o ano passado. Falava-se, já então — disse —, que isso aconteceria. "Resultou de uma imposição do mercado."

O certo, na sua opinião, é que o Brasil está cumprindo os requisitos fundamentais para conseguir uma boa renegociação de sua dívida em setembro. E deverá fazê-la com êxito. Um fator importante, ainda não dominado, é o da inflação interna, mas ele acredita que a contenção do déficit público e todas as demais decisões do governo nesta área deverão começar a surtir resultados efetivos a partir do ano que vem. Bornhausen não faz previsões, alegando que a inflação é "um fenômeno difícil de prever", mas diz estar convicto de que os índices irão cair até o início do ano que vem.

Ele admite que o crescimento notado nos últimos meses na economia interna é exclusivamente setorial, mas espera que, com a contenção dos índices inflacionários, pela redução dos déficits públicos, sobrevirá uma diminuição nas taxas de juros, as empresas terão condições de se recuperar e haverá uma reativação. "Acho — argumentou — que os reajustes da política econômico-financeira se vão concluir até o final deste ano. Então, será mais fácil."